Não ser empregado, não ter empregado: o trabalho *com a família*, *para a família* e suas variações

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo
UERJ

Introdução

Você sabe qual é o único empregado que não quer ser patrão? O guia de cego. Que ele não quer ser o cego, né? (risos). Então, todo empregado quer ser patrão. E comigo não foi diferente (seu José Mário, informante).

Para mim é tão odioso seguir quanto guiar (Nietzsche, 2001).

Este artigo apresenta um fragmento do mundo da *sulanca* — organizado em torno de pequenas unidades familiares e vicinais de produção de vestuário de *baixo custo*.[1] O produto desses *fabricos* é, em geral, comercializado nas chamadas *feiras da sulanca*, distribuídas principalmente pelo estado de Pernambuco (mas também presentes, em menor proporção, nas unidades federativas da Paraíba, de Alagoas e da Bahia), região Nordeste do Brasil. Das feiras da sulanca essas mercadorias são distribuídas, pela mediação dos *sacoleiros*, para a maior parte das cidades brasileiras e vendidas por lojas especializadas em roupas de baixo preço.[2] Mas a escala de expansão desses bens de consumo, produzidos no agreste pernambucano, é bem maior — seguindo, por exemplo, para o Paraguai (Rabossi, 2008) e mesmo para Angola (Lira, 2008). Assim, o universo social estruturado com base na sulanca situa-se entre dois polos de um contínuo: de um lado, a capilaridade de suas unidades produtivas (difusas pela maior parte das residências de trabalhadores que se autodenominam *sulanqueiros*); de outro, a expansão transnacional e transcontinental de suas mercadorias.

O presente texto concentra-se sobre o primeiro aspecto — o caráter capilar das oficinas familiares de vestuário, onde amiúde *parentes* e *vizinhos* trabalham *juntos*. O ponto aqui é a centralidade do trabalho *com a família*, *para a família*, *para si*, *com vizinhos*, *com conhecidos* etc., bem como seus contrastes e similaridades com as relações de assalariamento, no contexto da produção e comercialização de vestuário no agreste de Pernambuco. Esse talvez seja um dos aspectos socioculturais dos trabalhadores da região cuja saliência pode ser observada já nos primeiros dias

de uma investigação. Na cidade de Caruaru (em seus bairros operários), na feira da sulanca, como de resto, nos municípios vizinhos de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, ouvi quase diariamente de meus interlocutores uma variação ou outra das frases: "aqui a gente só trabalha com a família", ou "não tem empregado de fora, não". O *ser patrão*, na epígrafe, deve ser nesse sentido interpretado *como patrão de si mesmo*, e não dos outros, ou no máximo da própria família. Para ilustrar essa afirmação, pode-se citar outra fala de José Mário, trabalhador que me hospedou em sua casa e principal interlocutor da pesquisa, com sua esposa, dona Eugênia. Como resposta a um comentário que fiz certa feita em sua presença — argumentando que as costureiras e os costureiros de Caruaru e da região, proporcionalmente, ficavam mais com o dinheiro fruto de seu trabalho do que trabalhadores de outras regiões, nas quais não se dispunha da feira como espaço de comercialização direta —, ele disse:

> você tem razão quando diz que aqui o dinheiro fica na mão do trabalhador. *Daquele que trabalha pra si*. Pro costureiro de confecção, nem tanto. Agora, quem tá no fabrico próprio trabalhando ganha dinheiro. O dinheiro da feira vai menos pra mão do tubarão, mesmo (grifo meu).

Antes, porém, de considerar esse *trabalho para si* e, com ele, a organização familiar — e vicinal — do trabalho na costura e comercialização de vestuário, nesses locais, apresento alguns dados genéricos como meio de fornecer um contexto para as reflexões mais específicas que se seguirão nas próximas seções do texto. Esse contexto refere-se particularmente ao município de Caruaru e aos trabalhadores da sulanca. Residi nessa cidade por cerca de quatro meses, ao que se somaram algumas visitas curtas a Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Caruaru, que dista 130 km de Recife, possui um território com 921 quilômetros quadrados onde, segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010, habitam 314.951 pessoas. Pode-se a isso somar uma população flutuante que reside intermitentemente na cidade, perfazendo algo em torno de 500.000 habitantes. São, por exemplo, estudantes de cidades adjacentes — e até mesmo de Recife, de Campina Grande, além de outros locais da Paraíba — que vêm para esse município atraídos pelos *campi* da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Centro de Educação Federal de Ensino Técnico (Cefet), ou ainda por outras universidades privadas ali existentes. Além disso, já que as feiras da sulanca de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (as três principais cidades do polo de vestuário do agreste pernambucano) realizam-se em dias diferentes, muitos sacoleiros que vêm para a região em busca das mercadorias tendem a permanecer parte da semana hospedados em uma dessas três cidades. Seu José Mário certa

vez me disse o seguinte a esse respeito: "muita gente vem pra Caruaru porque o dinheiro da feira da sulanca vem de fora e fica aqui".

O grande volume de pessoas que chegam a Caruaru reforça um tema nativo dos mais difundidos — a *centralidade* geográfica da cidade no estado de Pernambuco, especificamente, e do Nordeste brasileiro, em geral. Essa centralidade é apresentada como uma das razões pelas quais a cidade tem se desenvolvido economicamente com base na feira da sulanca. A própria Feira de Caruaru (da qual a feira da sulanca constitui apenas um segmento, embora o mais importante do ponto de vista econômico) é sempre mencionada como alguma coisa que precede a própria cidade, tendo se plasmado com base no intenso trânsito de pessoas (provenientes da zona da mata, do sertão, do norte, do sul) por esse *lugar central*. A ênfase nativa sobre tal centralidade constitui a razão pela qual optei por me estabelecer em Caruaru.

No que se refere às condições ambientais, Caruaru pertence ao semiárido nordestino, com clima seco, chuvas escassas e mal distribuídas, com maior incidência de abril a junho. A temperatura varia entre 25 ºC e 35 °C no verão e de 15 ºC a 20 °C no inverno. Por ser uma região sujeita a estiagens, a cidade insere-se no Polígono das Secas, com índice pluviométrico anual de 500 mm. O município pertence ainda à mesorregião do agreste pernambucano, sendo também parte da microrregião denominada Vale do Ipojuca. Em 2006, o IBGE, por meio de um censo agropecuário, registrou uma "população rural" de 36.853 pessoas — o que demonstra, por efeito de contraste, a proeminência do meio urbano.

Na esfera urbana, por seu turno, o setor mais importante da economia caruaruense é certamente aquele ligado ao que a população local chama de "sulanca". No setor de produção e comercialização de peças de vestuário da região, "sulanca" constitui um termo de significado mais ou menos abrangente. Referindo-se inicialmente ao tecido (a helanca) que serviu, por algum tempo, como matéria-prima principal da produção de vestuário, ele passou a designar também o produto acabado, o local onde as peças são comercializadas ("feira da sulanca"), bem como o conjunto das unidades produtivas da região, o "polo da sulanca". A versão mais comumente formulada pela população local para dar conta das origens da palavra "sulanca" é uma junção de "sul" (referido, sobretudo, à região Sudeste do país, supostamente o local de onde vieram os primeiros retalhos que serviram de base para a costura de roupas) e "helanca" (tecido de que os retalhos eram constituídos). Outra explicação sugere que o termo seria uma simplificação da expressão "sucata de helanca", referindo-se à acepção pejorativa do termo evocada, sobretudo, pelos *empreendedores* para os quais essa palavra estigmatiza os produtos de suas *confecções*. Há, por outro lado, aqueles que sustentam que o

termo constitui uma marca da identidade dos produtos de vestuário agrestinos. Não é incomum ouvir dos caruaruenses formulações do tipo: "moda tem em todo lugar, sulanca só tem aqui".

Outros termos foram derivando do primeiro. É o caso de "sulanqueiro", que se refere simultaneamente ao dono de um *fabrico* — ao qual se contrapõe o dono de *confecção*, que não é sulanqueiro, mas empreendedor;[3] a um costureiro de vestuário — seja ele empregado de outrem ou produtor por conta própria (ou, como veremos aqui, produtor *com a família* e *para a família*); a um comerciante da sulanca na feira; e a um sacoleiro, que vem na maioria das vezes de outros estados, ou mesmo de outros países, adquirir as peças de vestuário para revendê-las em sua região. Os empreendedores, por seu turno, definem-se relacionalmente, em contraposição às características fundamentais dos sulanqueiros. Inversamente, estes últimos podem se autonominar também empreendedores e, por vezes, empreendedores-sulanqueiros. Daí que o significado específico dessas e de outras categorias nativas só possa ser capturado contextualmente. Para fazer jus à sua polissemia, é necessário talvez imaginar uma forma de "pluralização nominalista das categorias" (Goldman, 2006:168) que seja capaz de organizar um relato de suas variações de sentido em cada caso.

Segundo um Estudo de Caracterização Econômica do polo da sulanca realizado, em 2003, pela UFPE, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama possuíam, naquele ano, cerca de 14.000 unidades produtivas de vestuário, das quais apenas 8% eram formais, com CNPJ. Mensalmente, no mesmo período, o polo movimentava 1,6 bilhão de reais, sendo detentor de 14% da produção nacional de roupas e 73% do volume produtivo de Pernambuco.

No que se segue, apresento a organização social dos fabricos (e também das chamadas *facções*), embasada no trabalho *com a família* e *para a família*. Esses arranjos produtivos fundamentam-se em uma oposição entre os *da família* e os *de fora*. O pertencimento ao primeiro grupo frequentemente constitui condição de possibilidade para trabalhar junto; os *de fora* são potencialmente perigosos, porquanto pouco inspiradores de confiança. Daí a preferência pelo trabalho *com a família*. E, mais do que trabalhar *com a família*, os sentidos expressos nas falas e nas práticas de meus interlocutores pressupõem que os rendimentos financeiros proporcionados por esse trabalho devem sempre deixar alguma coisa de valor *para a família*. A seguir, são consideradas as ambiguidades da noção de trabalho *com a família*. Depois, apresenta-se o significado do trabalho *para a família*, desde um ponto de vista nativo. Por fim, fecha-se o relato destacando dois contrastes desses princípios comparativamente às características gerais em tese associadas ao capitalismo.

O trabalho *com a família*

Para a maioria dos sulanqueiros com os quais tive a oportunidade de conversar em Caruaru, a oposição entre os *da família* e os *de fora* constitui o critério aparentemente mais importante para a seleção daqueles em quem se pode *confiar* e, por conseguinte, com os quais se pode trabalhar. Os *de fora* são potencialmente perigosos e geram desconfiança, embora esse modelo possa ser relativizado na prática. A disseminação dessas unidades sociais constituídas por grupos de familiares que compõem similarmente uma corporação profissional é um dado recorrente:

> todo mundo aqui no Salgado vai te dizer a mesma coisa. Você só vai ouvir essas coisas que eu tô te dizendo. Todo mundo trabalha com a família, ninguém trabalha com empregado, não, é muito difícil você ver. O *cabra* é registrado, é com o CPF, não tem firma registrada, não. Então ele trabalha com a família, que é mais difícil de o parente *botar no pau* [isto é, na justiça, para exigir os direitos trabalhistas]. Você pode olhar aqui na etiqueta, esse número aqui é o meu CPF. Quando é só a família que trabalha no fabrico, não precisa de CNPJ. O CNPJ só precisa se o fabrico tiver funcionário de fora (Diano, sulanqueiro).

Testemunhamos aqui uma versão daquilo que Juarez Rubens Brandão Lopes menciona, também com base em depoimentos de trabalhadores do Nordeste e do interior de São Paulo, como "trabalho por conta própria". A aproximação entre essa expressão empregada pelo autor de *Sociedade industrial no Brasil* e o que meus interlocutores chamam de trabalho *com a família* não é fortuita. Encontramos regularidades nos dois casos. A comparação dos testemunhos registrados por Brandão Lopes com os sulanqueiros é pertinente, sobretudo, se consideramos o processo de urbanização relativamente recente de Caruaru, decorrente do desenvolvimento econômico propiciado pelo setor de vestuário. Isso se coaduna com a origem rural daqueles trabalhadores entrevistados pelo autor. Segue-se um exemplo extraído de seu livro que, além de referir-se ao trabalho por conta própria, evoca a interpenetração de ofícios, que também caracteriza os sulanqueiros:

> as atividades agrícolas dos nordestinos, como também, embora menos frequentemente, as dos migrantes do interior de São Paulo, aliam-se muitas vezes às comerciais. Os chefes das famílias de muitos operários ocupam-se ao mesmo tempo das lavouras e exercem profissões no pequeno centro comunal. O pai de um pernambucano, por exemplo, além de sitiante, era barbeiro "em casa e na feira". O de um baiano era "fazendeiro e ambulante". Um paulista, de Piracicaba, conta que seu pai tinha um sítio, *mas que também trabalhava por conta própria*, e acrescenta "o sítio era para manter a família e os negocinhos

> eram para tocar a vida". [...] O pai de um operário de São Lourenço do Turvo (São Paulo), enquanto seus filhos arrendavam terras naquela localidade para plantar algodão, foi comprador "*por conta própria*" de aves e ovos para vender em São Paulo (Brandão Lopes, 1964:35, grifos meus).

Uma página antes, o "trabalho com a família", tal qual meus interlocutores o formulam, aparece ainda num contexto rural:

> por morte do chefe da família a propriedade não é dividida, continua de todos. Mesmo que emigrem componentes da família, continua a viúva, auxiliada por alguns filhos, a viver no sítio, que é propriedade "de todos". Várias entrevistas refletem essa situação. Um operário, natural do Ceará, exemplifica: "Eu tenho um terreno. Meu irmão trabalha lá, o que ele tirar (da roça que fizer) é dele". [...] Outros entrevistados nordestinos, vindos de lugares onde já há maior comercialização da agropecuária, contam casos em que eles, ou algum parente, vendem a sua parte da propriedade aos irmãos, "para ficar na família" (Brandão Lopes, 1964:34).

A perspectiva de manter o patrimônio familiar que testemunhamos aqui traz implicações importantes para nossa reflexão, na medida em que essa mesma tradição forjada pelos trabalhadores rurais apresenta certa durabilidade — ou aquele efeito de histerese a que se refere Pierre Bourdieu — no novo contexto urbano de Caruaru e da região.[4] Trata-se do trabalho *para a família*, que será retomado na próxima seção, segundo as formulações de dona Eugênia, esposa de seu José Mário e grande colaboradora deste trabalho. Semelhantemente, o trabalho *com a família* parece constituir uma herança camponesa incorporada nos *habitus* daqueles então novos trabalhadores urbanos.

Por outro lado, o trabalho com a família decorre de outras motivações, além dessa busca pelo trabalho por conta própria — a saber, evitar problemas com a justiça trabalhista. Tudo se passa como se trabalhar *com a família* constituísse uma panaceia contra a ativação, por parte dos trabalhadores *de fora*, de seus *direitos*. Poder-se-ia dizer, em outras palavras, que trabalhar com a família constitui uma garantia contra os trabalhadores que, em outro contexto, foram classificados como os que gostam de *botar questão* (Sigaud, 1994:140; Leite Lopes, 1988:378). Conversando com sulanqueiros que trabalham no Santa Cruz Moda Center — uma espécie de *shopping center* de vestuário de Santa Cruz do Capibaribe —, tive a oportunidade de registrar argumentos nos quais ficam claras as relações entre parentesco, organização familiar do trabalho e desconfiança em relação aos *de fora*, relacionadas à ativação da justiça trabalhista. Por exemplo:

> Pesquisador: no fabrico de vocês trabalha alguém de fora da família?

> Sulanqueiro: não, a gente não trabalha com gente de fora, não. Funcionário de fora dá muito problema.
>
> P: que tipo de problema?
>
> S: dá problema. Na hora que você não tem mais condições de manter aquela pessoa trabalhando, tem que pedir pra sair, aí o cabra trabalha dois, três anos com a gente e chega e pergunta: "você vai pagar quanto pra eu sair?" [isto é, pagar indenizações trabalhistas]. Então a gente só trabalha com a família mesmo. Tem umas dez pessoas trabalhando, meus filhos, minha esposa. Eu tenho seis filhos. Alguns já são casados e trabalham em casa mesmo, as minhas noras trabalham também. E eu tenho outros filhos que ainda não são casados e trabalham comigo e com a minha mulher, em casa. Então trabalha a família toda. De vez em quando tem um parente com dificuldade, um primo, alguém da família, né, a gente ajuda também (notas em caderno de campo de 27 de julho de 2011).

Esse fragmento de entrevista oferece algumas pistas para a interpretação dessa relação entre o trabalho familiar e o desejo de evitar problemas com a justiça trabalhista. Por exemplo, a noção de *ajuda*, que aparece na última frase: nesse contexto, *ajuda* constitui uma categoria ambígua. De um lado, parentes que se encontram em situação econômica ruim podem ser integrados à produção de um fabrico familiar e fugir do desemprego; de outro, a noção de *ajudar* um parente pode ser uma forma tácita do modo de dominação baseado na dádiva a que se refere Bourdieu (2002). Assim é que conheci uma costureira cuja sobrinha passou a residir em sua casa, durante a pesquisa. "Eu estou ajudando ela. Eu trouxe ela pra minha casa e estou colocando ela pra trabalhar comigo", disse minha interlocutora. Como contrapartida da morada concedida, essa moça, com uns 15 anos, encarregou-se de grande parte das tarefas domésticas, além de *ajudar* sua tia na limpeza e embalagem das roupas produzidas em seu fabrico. Por inumeráveis vezes ao longo de alguns dias, quando visitei essa sulanqueira para entrevistá-la, ouvi os também incontáveis chamados e delegações de afazeres à menina por parte de sua tia. A *ajuda familiar*, a incorporação de um parente no trabalho de um fabrico domiciliar e, por vezes, também sua recepção como novo morador da casa podem trazer como contrapartida, por assim dizer, uma espécie de onipresença das obrigações, já que, nesses casos, o espaço residencial e o espaço do trabalho se confundem. Não se trata de acusar a costureira de explorar sua parenta, senão de considerar as ambiguidades da *ajuda* familiar. Uma das características desse modo de dominação baseado na dádiva é precisamente a autoexploração decorrente do reconhecimento da dívida por parte dos dominados.[5]

Essa questão da exploração e autoexploração no interior de uma família que constitui também uma unidade doméstica de produção é, precisamente por essa dualidade de estatuto, um tema complexo e difícil de ser abordado. Acredito que as mesmas razões enunciadas pelos sulanqueiros para trabalhar *com a família* constituem também os aspectos que dificultam a análise desse universo. Precisamos nos deter aqui sobre essa ambiguidade central e refletir seriamente sobre ela. Por um lado, *ajudar* a família; por outro, evitar problemas com a justiça trabalhista. As fronteiras entre a ajuda genuína e a exploração do familiar são muito fluidas para permitir qualquer generalização. Cabe mesmo indagar se há contradição entre os dois polos ou, parafraseando Bourdieu, uma relação inteligível entre eles. Defrontei-me com essa ambiguidade já nos contatos iniciais com esse universo social. Ela está presente no primeiro registro em meu caderno de campo referente à fala de um sulanqueiro e professor:

> hoje nós observamos duas realidades no polo de confecções do agreste. Primeiro, a realidade dos *fabricos* onde as famílias trabalham juntas. Normalmente toda a família, ou uma grande parte dela, encontra-se envolvida com a produção de roupas. É muito comum você encontrar fabricos onde não tem salários fixos, mas um orçamento familiar gerido pelos pais. A maioria desses fabricos vendem autonomamente seus produtos na feira da sulanca. A segunda realidade são as *facções*, onde as peças são produzidas e fornecidas para uma empresa formal que só coloca a etiqueta com a marca e revende a preços mais elevados. Alguns desses fabricos são formais, mas são poucos. A maioria é informal, com registro na etiqueta do CPF do produtor. Nos dois casos, você vai ver o trabalho infantil ligado á limpeza, ao acabamento e à embalagem dos produtos. E, como professor de escola pública, eu vejo muitas vezes que os lucros da sulanca pras crianças fazem com que elas não valorizem o estudo. Muito aluno fala pra mim: "para que estudar, professor? Se o meu pai não estudou e ganha mais do que você?" Os lucros do trabalho manual contribuem para uma desvalorização do trabalho teórico, na escola (Eugênio, sulanqueiro e professor).

Essa descrição constitui uma espécie de prólogo para abordarmos as relações entre parentesco e autoexploração familiar — do que a exploração do trabalho infantil e a autoexploração infantil é um caso particular. Sulanca, trabalho infantil e uma polêmica decorrente da baixa escolarização dos sulanqueiros constituem aspectos importantes no contexto do setor de vestuário caruaruense.

> A maioria dos sulanqueiros ricos se dá bem é trabalhando mesmo, *ninguém estudou,* não. Estudar, fazer faculdade *pra trabalhar pros outros*, eu não quero. O Enrique mesmo [seu irmão de 12 anos], até ele já fala que o estudo atrapalha ele a ganhar dinheiro. Porque ele tem que fazer pouco aqui, porque tá estudando.

> E ele queria ganhar mais, né? Ele queria parar de estudar, a gente que não deixou (Diano, sulanqueiro, grifo meu).

Testemunhamos aqui aquela ambiguidade relacionada à autoexploração familiar. Não se trata apenas de exploração do parente por parte do dono do fabrico — embora esse seja também um lado do fenômeno, já que o recurso ao trabalho infantil inscreve-se no registro da "redução dos custos com a produção" —, mas da autoexploração da criança motivada pela expectativa de aumento de seus rendimentos financeiros. O recurso ao trabalho familiar pode, nesse sentido, assumir vários sentidos. Vejamos esta descrição do processo produtivo:

> aqui na garagem eu mesmo corto o tecido e depois mando para as costureiras de facção. São duas facções com três, quatro costureiras cada uma. *Tudo aqui do bairro mesmo*. Então eu trabalho com uma média de oito costureiras. Por jaqueta eu pago R$ 2,20 às costureiras. Depois de montada, a mercadoria volta pra cá. Aqui, eu mesmo faço o cós, faço a riata (tira estreita de jeans, ou outro tecido, empregada para fazer o passador e o cadarço de uma calça). *Aí, depois, meu irmão Enrique faz o caseado. Eu pago R$0,03 a ele por cada peça que ele faz*. Até ficar pronta, uma peça passa pela mão de umas oito pessoas. Depois do caseado, vem a lavanderia, *as peças vão pra casa da minha tia*, que mora lá do outro lado daquela rua (apontando para uma rua contígua à sua). Ela tem um fabrico maior, com muitos funcionários, costureiros, costureiras. E ela tem lavanderia lá. *Então eu lavo as minhas peças lá, porque ela me dá desconto também. Todo descontinho, em cada etapa, que você consegue faz diferença na hora de vender. Se eu fosse pagar lavanderia pra um estranho, eu ia pagar R$1,70, R$1,80 por peça lavada. Como eu faço com ela, eu pago R$1,40*. E ela também faz esse bordado aqui, ó [mostra-me o bordado nas costas de uma jaqueta]. Eu pago, em média, R$ 1,00 por peça bordada. Umas peças, o bordado é R$ 1,10, outras é R$ 0,90, outras é R$ 0,80, outras R$ 1,20, depende de quantas cores tem o desenho. *Se eu fizesse fora, também ia pagar mais caro que isso*. Pra mercadoria, R$ 0,10 que você ganha por etapa é tudo; R$ 0,10 na limpeza, R$ 0,10 na lavanderia, R$ 0,10 no bordado, R$ 0,10 no caseado e no produto final você pode botar um real mais barato. Depois disso, a peça volta pra cá pra fazer a limpeza e pregar botão. A gente mesmo prega o botão aqui, naquela máquina ali [apontando para a máquina]. *A limpeza, eu pago menino. Pago R$ 0,10 por peça limpa. Aqui tem essa vantagem que a gente pode usar menino, em cidade grande você já não pode usar menino, né. Que a fiscalização é maior, né. Aqui, a gente não sendo registrado tem a opção de usar menino. Em cidade grande, você não vê menino trabalhando. O mesmo serviço que você paga R$ 120,00 para o adulto, paga R$ 60,00 pro menino. E sempre trabalhando com a família*. Porque mesmo sem registro, a pessoa trabalha sem registro, a costureira, e depois *coloca no pau*, vai na justiça e pega os direitos dela. Mesmo sem registro. A justiça vai e

> te obriga a pagar o tempo de serviço da costureira, o INSS, o FGTS, as férias, o 13º. *Então a gente só trabalha com a família, mesmo* (Diano, grifos meus).

Por um lado, trabalhar com as costureiras *do bairro* e, mais ainda, com a tia constitui uma modalidade de troca mercantil não separada totalmente de um princípio de reciprocidade no qual os parentes se *ajudam*, reduzindo os custos com a produção; de outro, há a *vantagem de usar menino*, encarnada na redução em 50% dos custos com remuneração da mão de obra. O próprio irmão se insere de bom grado nesse sistema, chegando ao ponto de desejar sair da escola para trabalhar mais — o que certamente é motivado por aquela redução em 50%.

Assim como a produção nos fabricos, a comercialização, na feira da sulanca, não prescinde do trabalho infantil. Assisti, em 14 de julho de 2009, a uma reportagem da TV local que tratou do tema. Segundo a matéria, muitas crianças passam as madrugadas na feira da sulanca — o que testemunhei ao passar algumas noites no parque da feira. Frequentemente na companhia dos pais, os filhos começam a trabalhar desde o início da feira, às 3h. Um pai entrevistado afirma que o filho insiste em ir com ele, "para ter o dinheirinho dele". Em contrapartida, uma funcionária do conselho tutelar, entrevistada no mesmo telejornal, afirma que esse discurso dos pais é um subterfúgio utilizado para legitimar o trabalho ilegal dos filhos. Essa afirmação levanta um problema que extrapola a questão do trabalho infantil, perpassando por toda a realidade do mundo da sulanca no agreste pernambucano: a relação entre a legitimidade social da sulanca (um setor de produção e comercialização informal) e sua ilegalidade (ausência de CNPJ e de pagamento de impostos, recurso ao trabalho infantil etc.). Assim, do ponto de vista dos marcos normativos, tanto o trabalho dos filhos na feira quanto a produção informal das peças de vestuário constituem práticas ilícitas dos trabalhadores da sulanca; por outro lado, a legitimidade social de tais práticas, desde um ponto de vista nativo — incluindo as próprias crianças —, raramente é posta em questão.

Se em certos casos nos defrontamos com as questões da exploração e autoexploração familiar, do trabalho infantil e, como corolário, da evasão escolar, noutros exemplos, o trabalho em casa e com a família garante aos trabalhadores vantagens a que dificilmente eles teriam acesso sendo empregados de outrem. Há relativa liberdade na organização dos momentos de trabalho e de lazer — inclusive com certa interseção entre eles, como quando trabalham na costura ouvindo música —, e alvedrio também no que se refere às formas de se vestir e se alimentar durante o trabalho.

Um exemplo das situações de interação, na pesquisa de campo, pode ilustrar esses benefícios do trabalho com a família. Conheci um sulanqueiro chamado

Sinovaldo abordando-o diretamente em sua oficina, que é também a garagem de sua casa. Ele se encontrava sentado diante de uma máquina de costura e tinha, de seu lado esquerdo, uma pilha de jaquetas de jeans sem o cós. O rapaz e a máquina estavam bem próximos, pelo lado direito, à parede que delimitava sua garagem, onde também, lateralmente à pilha de jaquetas, se via um carro esportivo não muito antigo. Sinovaldo trajava uma bermuda de malha, calçava sandálias de borracha e encontrava-se sem camisa, uma liberdade que não se tem trabalhando *pros outros*. Perguntei-lhe se ele poderia me falar um pouco sobre seu trabalho e ele me disse para voltar no dia seguinte.

Retornei, pois, no horário combinado. Desta feita, Sinovaldo encontrava-se acomodado diante de outra máquina de costura, localizada não na garagem, como a que ele usava no dia anterior, mas em uma varanda à frente de sua residência que se liga à garagem pelo lado direito desta (do ponto de vista de um observador localizado na rua). Ao seu lado, agora havia tiras de jeans com cerca de cinco centímetros de largura e um metro de comprimento. Em sua garagem, era possível ver outro carro, diferente do que se encontrava ali no dia anterior. O primeiro veículo, por sua vez, estava estacionado na rua, diante de Sinovaldo, com o porta-malas aberto e o som ligado em um volume consideravelmente alto. A música que tocava pertencia ao gênero localmente conhecido como *forró estilizado*. Sinovaldo se encontrava trajado exatamente como no dia anterior, não usando, semelhantemente, camisa. Ao seu lado, havia um pacote de biscoitos que ele comia enquanto se ocupava da costura. Assim como seus trajes e suas práticas expressam certa liberdade, seu depoimento revela um vocabulário característico de trabalhadores por conta própria, relacionado aqui menos aos fabricos familiares do que àquela segunda modalidade de trabalho domiciliar — as facções. Ele fala, por exemplo, que possui *clientes* e não *patrões*, como é o caso em outras regiões do Brasil onde se verifica o sistema de facção na produção de vestuário (por exemplo, em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, onde realizei pesquisa de campo, os empresários fornecedores de facção para costureiras domiciliares são, por estas, frequentemente referidos como *patrões*).

> Facção é melhor. Tendo *uma clientela boa*, é muito melhor. Eu mesmo trabalho pra vários sulanqueiros. *Todos são aqui do bairro do Salgado mesmo*. Agora, se eu produzisse a peça toda, não ia poder ter todos esses *clientes* (Sinovaldo, grifo meu).

Saliente-se também o fato de que o trabalho das facções, tal qual aparece na fala de Sinovaldo, quase sempre supõe relações profissionais com pessoas *do bairro*. Além disso, o trabalho *com a família* se acompanha da vantagem de poder lançar

mão de mais de um ofício ou atividade econômica simultaneamente. Isso supõe flexibilidade do horário de trabalho e versatilidade profissional dos sulanqueiros — que quase sempre são também feirantes.[6]

> Aqui em casa trabalham quatro pessoas na sulanca. E tudo da família mesmo. Todo mundo trabalha com isso aqui. E minha mãe, além de trabalhar na sulanca, trabalha com carne também. Toda sexta feira, a partir das seis horas da tarde, já tem carne aqui. Aí o que sobra, a gente vende na feira do Salgado sábado e domingo (Sinovaldo).

Outra vantagem do trabalho *com a família*, do ponto de vista de meus interlocutores, refere-se à interpenetração entre o tempo do trabalho, os períodos de relaxamento e lazer e os momentos de execução das tarefas domésticas. É o que nos conta esta sulanqueira, ao fazer uma avaliação das melhores e piores formas de trabalho no ramo:

> trabalhar no fabrico, pra mim, é pior do que em casa. No fabrico tem salário certo, isso é verdade, mas eu tenho também os compromissos de casa. Que trabalhando no fabrico fica difícil de fazer as coisas de casa. Em casa, quem faz o horário sou eu mesma. Aqui eu trabalho o tempo que eu quiser. Os direitos também a gente não recebe no fabrico. Porque eu não tinha carteira assinada. Era tudo gente de casa que trabalhava lá, tudo da família. Então, eu não fiz questão de indenização não, visse? (dona Jacira, sulanqueira).

Vale destacar três pontos da trajetória e do depoimento de dona Jacira: 1) sua socialização profissional se deu no interior da esfera doméstica e da família, com a *mãe*; 2) o trabalho em casa oferece a vantagem de "fazer o horário que quiser" e cumprir os "compromissos de casa"; e 3) novamente, a referência aos direitos trabalhistas não pagos e não exigidos pelo trabalhador por ser "tudo gente de casa, tudo da família".

Os itens 1 e 2 ilustram a fluidez das fronteiras entre trabalho profissional, tarefas domésticas e lazer, encarnadas na autogestão do tempo por parte de dona Jacira. O terceiro ponto retoma a relação entre exploração e autoexploração familiar e direitos do trabalhador. Mas, desta vez, não se trata de um depoimento do empregador, senão da funcionária dizendo também de sua parte, que "não fez questão da indenização" por ser "tudo gente de casa que trabalhava lá, tudo da família". Esse caso mostra que não se trata apenas do recurso à mão de obra de parentes e vizinhos como uma panaceia contra a justiça trabalhista. A família e as relações de parentesco parecem, mais do que isso, constituir um idioma para as relações de produção. Mas não apenas para elas. O trabalho com a família e a distribuição social do trabalho pela vizinhança constituem um caso

privilegiado para a observação de outros aspectos dessas "relações multiplex", que incluem parentesco, família, vizinhança, amizade, afinidade, por vezes, religião e, evidentemente, trabalho. Essas várias camadas de relações sociais podem eventualmente tornar pouco nítidas também as fronteiras entre elas. Assim, referindo-se ao fabrico onde seu próprio filho trabalha, situado ao lado de sua residência, dona Jacira nos permite entrever certa contiguidade semântica entre *parentes*, *vizinhos* e *conhecidos*.

> Nesse fabrico que meu menino trabalha, o dono só coloca gente conhecida, visse? Ele tinha duas meninas ali que costuraram pra ele uns quinze dias. Só que elas não estavam dando produção e foram dispensadas. Aí elas colocaram ele na justiça e ele teve que fazer um acordo de R$ 500 para cada uma pra não ter problemas. Então agora ele não coloca mais desconhecido pra trabalhar lá, *não. Só coloca gente conhecida, gente da família ou vizinho.*

Se, em que pese o princípio mais ou menos compartilhado por meus informantes de trabalhar *com a família*, os *conhecidos* e *vizinhos* — como temos testemunhado aqui — podem também ser integrados à produção dos fabricos familiares, inversamente, os *parentes* podem ser preteridos. Esse *é o caso ilustrado no relato de* William, outro interlocutor que encontrei em Caruaru. Segundo ele, o pequeno fabrico de seu cunhado encerrou as atividades por conta de conflitos internos entre os parentes com os quais ele trabalhava. Nas palavras de William, esse *é um caso no qual o trabalho com familiares nos fabricos teve resultados contrários ao que amiudadamente se comenta*.

> Meu cunhado colocou parentes que não eram parentes. Eram os seus cunhados, suas cunhadas. Aí ele pagava igual pra todo mundo, mas como todo mundo tinha proximidade, tinha intimidade, isso atrapalhou. Porque um começou a falar que produzia mais que o outro e que tinha que ganhar mais. Então, neste caso, ter colocado pessoas da família foi pior. O problema foi entre cunhadas e a proximidade de ser parente atrapalhou, não ajudou, *não. Então meu cunhado decidiu fechar o fabrico (William).*

Há, pois, que se considerar igualmente aqueles casos, não pouco frequentes, nos quais a *vizinhança*, o parentesco ritual e o *ser conhecido* constituem condição de possibilidade para trabalhar junto, ao passo que outros *parentes* ou *da família* são preteridos. Temos visto que, sobretudo as relações de produção entre *vizinhos*, seja por relações de *facção*, seja por uma forma de cooperação entre família nuclear, família extensa e *conhecidos*, constituem um aspecto central do universo da sulanca. Destarte os limites da família encontram-se amiúde em aberto e podem englobar parte da vizinhança concebida "como uma família" (Comerford,

2003). Essas fronteiras constituem, pois, matéria de negociação, conforme salienta largamente Ana Claudia Marques (2002) acerca de regiões próximas do sertão de Pernambuco.

O trabalho *para a família*

Se, na seção anterior, observamos os problemas que os sulanqueiros veem em ter empregados *de fora*, agora elencamos os problemas de trabalhar *para os de fora*. Dona Eugênia, quando me relatou uma parte de sua história de vida — com a de seu marido, José Mário —, apresentou-me uma verdadeira metáfora existencial a esse respeito:

> o Zezinho tinha muita vontade de abrir um negócio no ramo dele, né? Feito ele trabalhava em São Paulo. E pensamos em montar uma fábrica de mármore. E aí, nessa época, apareceu um homem aqui dizendo: "eu sempre tive vontade de montar um negócio desses, mas nunca tive ninguém que entendesse do ramo pra me orientar". Aí Zezinho entrou com esse homem e ficou de encarregado da produção. Mas aí o tempo foi passando, a firma foi crescendo e a gente foi percebendo que esse senhor estava enricando sem valorizar o trabalho do Zezinho. Então ele cansou-se disso e saiu da firma.

A percepção de que "esse senhor estava enricando sem valorizar o trabalho de Zezinho" constitui uma genuína recapitulação da história que dona Eugênia um dia me narrou referente aos primórdios da sulanca em Caruaru — seu relato tendo assumido, aos meus olhos, ares de um mito fundador. Segundo ela, durante a década de 1970, dom Augusto de Carvalho, 2º bispo da diocese de Caruaru, estimulou muitas das costureiras que trabalhavam, como assalariadas, em camisarias da cidade a iniciar a produção de roupas por conta própria, em casa, para vender na feira de Caruaru. Minha informante reconstituiu então, de memória, as incitações de dom Augusto: "vocês sabem costurar, mas só costuram o que já vem cortado, vocês têm que aprender a cortar".[7] E dom Augusto organizou um curso de corte e costura nas dependências da igreja católica para aquelas mulheres, ao fim do qual disse a elas:

> agora que vocês sabem cortar e costurar, façam como as mulheres de Santa Cruz. Não trabalhem mais pra estes donos de camisarias, não. Eles estão explorando vocês, estão enricando! Olhem pra eles e olhem pra vocês! Façam como as mulheres de Santa Cruz: costurem as suas roupinhas em casa pra vender na feira (dona Eugênia reproduzindo de memória a fala de dom Augusto).

Dona Eugênia continua:

> algumas mulheres ouviram a fala do senhor bispo e não deram ouvidos. Outras seguiram o conselho do senhor bispo. Ele teve uma importância muito grande pros pobres dessa terra! Ele devia ser mais lembrado! Com o tempo, a gente foi percebendo que os donos das camisarias estavam enricando e as costureiras estavam ficando pra trás. Aí, depois que a gente começou a costurar em casa pra vender na feira, eles perderam o monopólio, né? E muitos deles caíram tanto que tiveram que começar a vender do nosso lado na feira. Agora você veja, de patrões eles passaram a ter que vender lado a lado com a gente, em pé de igualdade (dona Eugênia).

Como aqueles donos de camisarias passaram a vender "em pé de igualdade" com suas ex-funcionárias, assim também, diante do enriquecimento do dono da marmoraria sem a valorização do trabalho de seu José Mário, o casal decidiu aplicar todas as economias familiares no trabalho por conta própria:

> depois disso, teve uma noite que a gente não conseguiu fechar o olho. Não conseguiu dormir a noite toda. E então eu virei-me pra Zezinho e disse: "vamos pensar aqui o quê que a gente vai fazer da nossa vida". Então pensamos um monte de coisa. E eu virei-me pra ele e disse: "por que é que a gente não investe na fábrica de mármore que você sempre teve vontade?" E Zezinho dizia: "não dá pra abrir um negócio desses porque é muito caro, não tem condições de comprar uma máquina industrial". E eu perguntava: "mas não dá pra gente começar com uma máquina manual e depois a gente compra a industrial?" E ele disse: "sim". *Aí nós decidimos aplicar todas as nossas economias na fábrica de mármore…* (dona Eugênia, grifo meu).

A trajetória desse casal de trabalhadores — o marmorista José Mário e a costureira Eugênia — expressa bem dois princípios de vida que eles transmitiram a seus filhos. A esse respeito, o próprio filho do casal disse-me, certa vez, que sua mãe lhe ensinou duas lições valiosas, que ele guarda para sua vida inteira. Em primeiro lugar, *todo trabalho tem que deixar alguma coisa material pra família* — de preferência, uma casa, um terreno, algo que não se pode perder (um carro, por exemplo, pode ser roubado mais facilmente do que um terreno ou uma casa). "Em vez de comprar um carro, comprem um terreno e construam uma casa", dizia dona Eugênia a seus filhos. Com efeito, assim que começaram a trabalhar, dona Eugênia comprou um terreno em nome dos filhos e disse que eles deveriam juntar e pagar o terreno. Fui informado ainda de que o terreno fora comprado de uma prima, no mesmo bairro onde reside a família. Assim, dona Eugênia agia muito coerentemente com sua visão de mundo: em primeiro lugar, o trabalho dos filhos deveria deixar algo sólido como aquisição perene para a família. Em segundo lugar, sendo mãe, dona Eugênia sentia-se totalmente no direito (sendo,

a esse respeito, legitimada pela maneira como seus filhos e seu marido concebem a família) de gerir o dinheiro ganho pelos filhos, comprando um terreno para que eles, em conjunto, fossem pagando aos poucos. Essa atitude de dona Eugênia coaduna-se também com a segunda lição que ela transmitiu aos filhos: "*não trabalhem pros outros, não. Trabalhem pra família, que a família cresce junto*".

Finalmente, identificamos uma modulação mais individualizada do trabalho *para a família*, referida por meio de expressões semanticamente contíguas — o *trabalho para si* ou *para mim*. Poder-se-ia dizer, evocando a noção levistraussiana, que tais expressões são como "transformações" do *trabalho para a família*. Uma trabalhadora do Santa Cruz Moda Center ilustra bem essa noção do *trabalho para si*, além de denunciar as arbitrariedades a que os que trabalham *para os outros* têm de se submeter:

> eu não parava em firma nenhuma porque falava o que tava certo. Eu tenho a língua solta. Se eu via uma coisa errada, eu falava. Uma vez eu trabalhava em um fabrico produzindo saias jeans. Aí teve uma vez que os homens decidiram faltar tudo no mesmo dia. E tinha uns fardos de jeans que tinham chegado que tinha que levar pro segundo andar. Aí a patroa mandou as mulheres carregarem aqueles fardos. E eu falei: "eu é que não vou carregar isso fechado assim. A gente carrega de peça em peça. Abre os fardos e pega de peça em peça e vai passando em fila, de mão em mão, até chegar lá em cima, ou então carregue a senhora mesmo. E outra coisa, isso aí nem meu trabalho é. Isso é trabalho pros meninos". *Hoje em dia, eu trabalho pra mim mesma*. Eu faço o meu horário e ninguém me perturba. Eu penso assim: eu não vou ficar me matando de trabalhar pros outros só pra ter uma aposentadoria e chegar na velhice e pegar aquele dinheirinho pouco pra ter que cuidar da minha saúde ruim. Hoje em dia, eu pego a mercadoria em consignação de uns quatro ou cinco fabricos que têm nos fundos da minha casa (Jaqueline, grifo meu).

As três últimas frases desse trecho revelam uma filosofia do trabalho que perpassa pelo agreste pernambucano — de Caruaru a Santa Cruz do Capibaribe. Trabalhar para os outros é submeter a própria saúde ao desgaste do esforço físico sem "colher os frutos" propiciados por esse esforço, cujas consequências podem comprometer a própria aposentadoria — que é um dos benefícios habitualmente atribuídos ao trabalho assalariado formal, com carteira assinada e garantia dos *direitos*.

Não ser empregado, não ter empregado: a sulanca sobre o pano de fundo do capitalismo

Temos já alguns relatos acerca das modulações impostas sobre o capitalismo por parte de tradições indígenas (Sahlins, 1997; Gordon, 2006). Na antropologia urbana, esses fenômenos não deixam de estar presentes, embora sejam, por vezes, menos visíveis. Os dois princípios aqui apresentados de trabalhar *com a família* e *para a família* apresentam contrastes com a lógica idealmente associada ao capitalismo — notadamente, a tendência à expansão da empresa, que pressupõe a contratação de profissionais especializados, bem como ao reinvestimento dos lucros na persecução de mais lucro. O trabalho *com a família* em geral exclui a contratação impessoal de pessoas *de fora*. Por seu turno, o trabalho *para a família* significa que os rendimentos financeiros devem sempre deixar para ela alguma coisa de valor. O dinheiro em si não possui tanto valor senão no momento em que é convertido em um patrimônio perene para a família — um terreno, uma casa etc. Esses dois princípios organizadores do trabalho nos *fabricos* constituem, portanto, aspectos que os distinguem da lógica industrial clássica, segundo a qual a expansão do capital pressupõe a contratação impessoal de profissionais especializados *de fora*, e os lucros da empresa devem reinserir-se *ad infinitum* no circuito do mercado, permanecendo em circulação, ao contrário de sua conversão em um patrimônio estável.[8]

Recebido em 16/04/2014
Aprovado em 27/09/2014

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo é doutor em antropologia social (PPGAS/MN/UFRJ), pesquisador do Núcleo de Antropologia do Trabalho, Estudos Biográficos e Trajetórias (NuAT/ PPGAS/MN/UFRJ) e do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (UFRJ) e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: wecisley@gmail.com

Notas

1. O recurso ao formato itálico é empregado aqui para registrar termos e expressões locais ou acepções nativas de formulações mais genéricas, principalmente quando elas aparecem pela primeira vez. Termos em idioma estrangeiro também aparecem em itálico.

2. O termo "sacoleiro", no Brasil, refere-se aos comerciantes nômades responsáveis pela circulação de mercadorias entre regiões do país e mesmo para outros países.

3. *Fabrico* refere-se frequentemente a unidades familiares de produção. Fabricos podem estar circunscritos a uma residência apenas ou difusos pelas casas de familiares e vizinhos. Os fabricos constituem, pois, o próprio objeto desta comunicação, focada como está na organização familiar e vicinal do trabalho na sulanca.

4. "Mas a eficácia própria do *habitus* observa-se com toda a clareza em todas as situações em que não é o produto das condições de sua actualização: é o que acontece quando agentes formados numa economia pré-capitalista se deparam, desarmados, com as exigências de um cosmos capitalista; ou ainda quando pessoas idosas perpetuam, à maneira de Dom Quixote, disposições deslocadas e anacrônicas; ou quando as disposições de um agente em ascensão ou em declínio na estrutura social, novo rico, homem de fortuna que perdeu a posição social, estão em dissonância com a posição que ele ocupa. Tais efeitos de histerese, de atraso na adaptação e de defasamento contra-adaptativo, encontram a sua explicação no caráter relativamente durável, o que não quer dizer imutável, dos *habitus*" (Bourdieu, 2001:267). O que apresento nesta comunicação é um caso no qual esse caráter durável dos *habitus* concorre para a adaptação dos trabalhadores em um novo contexto urbano, marcado pelo trabalho informal, onde a pequena produção familiar aparece como alternativa econômica no horizonte das possibilidades estruturais. Não se trata, pois, de uma defasagem contra-adaptativa, como a apresentada por Bourdieu em seus exemplos, embora a dinâmica de perpetuação relativa dos *habitus* seja a mesma.

5. "Assim, neste sistema, existem apenas duas maneiras — que, afinal de contas, formam uma só — de segurar alguém de forma duradoura: a dádiva ou a dívida, as obrigações abertamente econômicas da dívida ou as obrigações morais e afetivas criadas e mantidas pela troca [...]. É preciso saber perceber uma relação inteligível — e não uma contradição — entre estas duas formas de violência que coexistem na mesma formação social e, às vezes, na mesma relação" (Bourdieu, 2001:204).

6. Registre-se que, no contexto nativo, a flexibilidade é motivada pelo trabalho *com a família* e *para a família*, e não pela lógica do *management* e das novas técnicas de dominação no trabalho, disfarçadas de "técnicas de gestão da produção". Embora essas práticas possam ser observadas nos fabricos, a noção de flexibilidade, desde um ponto de vista nativo, refere-se antes à interpenetração de ofícios e a certa liberdade profissional associada às tradições artesanais do que ao vocabulário economicista. Para uma crítica a essa noção de flexibilidade no contexto da "invasão neoliberal", ver Bourdieu (2011).

7. Claramente, o que está em jogo aqui é o domínio da *arte* (Alvim, 1983; Leite Lopes, 1976) como estratégia de desproletarização. “A arte é uma atividade produtiva que se liga à individualidade do agente, é uma posse sua. Pertence ao indivíduo que durante o processo de trabalho transforma o objeto de trabalho através da ‘inteligência’” (Alvim, 1983:55). A produção de peças de vestuário, nas camisarias, nesse período se dava por “cooperação complexa” (Alvim, 1983:56), o que caracterizava “a perda da arte” por parte das costureiras, porque “vários operários seriam encarregados da execução do mesmo produto” (Alvim, 1983:56). Sobretudo, os cortadores ocupavam-se de uma importante etapa do processo produtivo, cabendo às costureiras apenas a costura dos modelos já cortados. O que dom Augusto tinha em mente, naquele contexto, parece ser essa noção do artista que domina todas as etapas de sua arte: “o *fazer* do artista ressalta o aspecto artesanal de seu trabalho, no sentido de ver sua obra acabada após ter percorrido ele próprio as etapas necessárias à sua realização” (Leite Lopes, 1976:36).

8. Esse fenômeno não constitui peculiaridade do agreste pernambucano. Laweyan, bairro de Solo, cidade da região central de Java, onde Suzanne April Brenner fez trabalho de campo, constitui um bom exemplo comparativo. Ao contrário de certos significados do dinheiro, no modo de produção capitalista — “capital de giro”, por exemplo —, em Laweyan, o dinheiro não adquire valor real senão no momento em que é “domesticado” — retirado de circulação, conservado no interior da esfera doméstica como um crescente *warisan*, isto é, uma herança, um legado para os filhos. “We saw in the last chapter, however, that Money, ordinarily associated with the *kasar* realm of the marketplace — a realm that most Javanese would consider to be outside the domain of ‘culture’ altogether — can be transformed into something *alus*, of cultural value, through the process of domestication and conservation. If value may be said to originate in conservation, then the continued act of conservation over time not only creates, but also increases and regenerates, value. It is by removing an object from circulation, and in particular, by refraining from exchanging it for something that would satisfy one’s immediate desires, that it becomes culturally valuable. At the same time, taking money out of circulation by turning it a *warisan* is the opposite movement from that of capital, where money must keep circulating. This basic means of generating cultural value from wealth, then is fundamentally odds with capitalist enterprise and its insistence on the perpetual reinvestment of money toward the pursuit of more money” (Brenner, 1998:187-188).

Referências bibliográficas

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. 1983. "Artesanato, tradição e mudança social: um estudo a partir da 'arte do ouro' de Juazeiro do Norte". In: Berta G. Ribeiro (org.). *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro: Funarte/ Instituto Nacional do Folclore. pp. 49-103.

BOURDIEU, Pierre. 2011. *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion neo-liberale*. Paris: Raisons d'Agir.

______. 2002. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk.

______. 2001. *As estruturas sociais da economia.* Lisboa: Instituto Piaget.

BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. 1964. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BRENNER, Suzanne April. 1998. *The Domestication of Desire: Women, Wealth, and Modernity in Java*. New Jersey: Princeton University Press.

COMERFORD, John Cunha. 2003. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

GOLDMAN, Marcio. 2006. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras.

GORDON, Cesar. 2006. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre.* São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Nuti.

LEITE LOPES, José Sérgio. 1988. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB.

______. 1976. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LIRA, Sônia Maria de. 2008. "Entre os fixos e os fluxos da sulanca". *Revista de Geografia*, 25(2):89-97.

MARQUES, Ana Claudia. 2002. *Intrigas e questões: vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. 2001. *A gaia ciência*. São Paulo: Cia das Letras.

RABOSSI, Fernando. 2008. "En la ruta de las confecciones". *Critica en Desarrollo: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, (2): 151- 171.

SAHLINS, Marshall. 1997. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção". *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 3(2):41-73.

SIGAUD, Lygia. 1994. "Direito e gestão de injustiças". *Antropologia Social: Comunicações do PPGAS*, (4):139-170.

Resumo

O artigo apresenta um fragmento do mundo da sulanca (no contexto do agreste de Pernambuco, Brasil), que se encontra organizado, sobretudo, em torno de pequenas unidades produtivas familiares e vicinais de vestuário de baixo custo — os chamados fabricos. As noções centrais do relato referem-se ao *trabalho com a família* e *para a família*, acrescidas de algumas variações. Na primeira parte, são consideradas as ambiguidades da noção de trabalho com a família. Em seguida, apresenta-se o significado do trabalho para a família, desde um ponto de vista nativo. Por fim, fecha-se o relato destacando dois contrastes que esses princípios apresentam comparativamente às características gerais em tese associadas ao capitalismo.

Palavras-chave: família, trabalho, sulanca, sulanqueiros, vestuário.

Abstract

The paper presents a piece of the world of sulanca (in the context of Pernambuco, Brazil), which is organized especially by means of neighbor and familiar small factories of cheap clothes: the fabricos. The central notions of the text are the work *with the family* and *for the family*, and some variations. The ambiguities of the notion of work with the family are considered in the first part of the article. In the second part, the meaning of the work for the family is presented from the native point of view. Finally, two contrasts between this native logic and the capitalist principles are approached.

Key-words: family, work, sulanca, sulanqueiros, clothes.